

Bolsonaro diz que reajuste no gás canalizado é 'inadmissível' e defende troca na Petrobras

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) chamou de "inadmissível" o aumento de 39% no preço de venda do gás natural para as distribuidoras anunciado pela Petrobras nesta segunda-feira (5).

"Que contratos são esses? Que acordos foram esses? Foram feitos pensando no Brasil? [...] Não vou interferir. A imprensa vai dizer o contrário, mas pudemos mudar essa política de preço lá [na Petrobras]", afirmou.

O discurso ocorreu nesta quarta-feira (7) durante a posse do novo diretor-geral brasileiro de Itaipu, o general João Francisco Ferreira, no lugar do também general Joaquim Silva e Luna, que segue para a presidência da

Petrobras. O evento ocorreu em Foz do Iguaçu (PR).

Ao questionar o aumento do preço do gás, Bolsonaro defendeu a troca no comando da estatal, criticando os ataques que recebeu pela mudança repentina, o que abalou o mercado na ocasião. Ele ressaltou que a medida busca maior transparência e previsibilidade nos preços dos combustíveis.

"O que nós queremos é transparência. Vocês têm que saber quanto o governo federal arrecada de imposto em cada combustível e quanto os governadores arrecadam nos mesmos combustíveis. Isso é pedir muito? A previsibilidade é para vocês, consumidores", afirmou.

Ao lado do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP), o presidente de-

fendeu a aprovação do projeto de lei que muda a forma de cobrança do ICMS (imposto estadual) sobre combustíveis. Segundo ele, o objetivo é dar previsibilidade de preços aos consumidores.

A ideia é definir um valor fixo por litro, e não mais sobre a média de preços das bombas. O texto ainda estabelece que a cobrança será feita diretamente nas refinarias, e não nos postos de gasolina.

"O que queremos com isso? Cumprir uma emenda constitucional de 2001, que diz do valor do ICMS em todo o Brasil. Do ICMS da gasolina, do álcool, do diesel, do gás. [...] Estou pedindo algo de anormal ou interferindo em uma estatal? Ou estou querendo transparência?", disse Bolsonaro.

Folhapress



Economia



Com recorde de saques, poupança tem resultado negativo de R\$ 3,52 bilhões em março, diz BC

Página - 03

Política

Receita Federal diz que pobres não leem livros e defende aumentar tributação

Página - 04

Governo arrecada R\$ 3,3 bilhões em leilão de concessão de aeroportos

Página - 03



Novo diretor-geral de Itaipu toma posse em Foz do Iguaçu

Página - 04

IPO's



Acabou a exuberância dos IPOs? Nessa janela na bolsa, é o que parece

Página - 11

Dasa corta preço, sai a R\$ 58 e levanta R\$ 3,8 bi

Página - 11

No Mundo

Índia registra recorde de casos de covid-19



A segunda onda de infecções pelo novo coronavírus na Índia continua a crescer. O país registrou recorde de 115.736 casos novos nesta quarta-feira (7), com aumento de 13 vezes em dois meses, o que aumenta a pressão para o governo ampliar sua campanha de vacinação.

O governo federal indiano pede que os estados decidam restrições regionais para controlar a disseminação do vírus, mas por enquanto se recusa a impor um lockdown nacional porque o último de

2020 devastou sua economia. O número total de casos, desde a primeira infecção registrada na Índia pouco mais de um ano atrás, está em 12,8 milhões, o que faz dela o terceiro país mais atingido do mundo, atrás dos Estados Unidos (EUA) e do Brasil.

As mortes aumentaram em 630 – a maior cifra em quatro dias – e chegaram a 166.177, de acordo com dados do Ministério da Saúde.

O aumento diário de novos casos atingiu 100 mil duas vezes nesta semana. O único outro país a registrar

cifras como essa são os EUA.

As infecções diárias da Índia também ultrapassam o pico da primeira onda da epidemia, observada em setembro. No início de fevereiro, o país relatou 8.635 casos, uma baixa de muitos meses.

Como a segunda onda está ganhando força, as autoridades de muitos estados – incluindo Maharashtra, o mais atingido – determinaram novas restrições regionais para conter o vírus, com variantes que se tornam mais infecciosas.

Taiwan ameaça derrubar drones chineses em mais um dia de tensão

Em meio a mais um dia de tensão em torno de Taiwan, com caças chineses invadindo o espaço aéreo da ilha que Pequim considera sua, o governo em Taipé ameaçou derrubar drones da ditadura comunista que circulam um território seu no mar do Sul da China.

Falando ao Parlamento, o ministro Lee Chung-wei, responsável pela Guarda Costeira, afirmou que os aviões não-tripulados foram avistados em torno da ilha Pratas, 445 km a sudoeste de seu território.

A ilha, a maior do mar do Sul da China, tem também dois atóis menores próximos. É 1 dos 4 territórios de Taiwan naquelas águas que Pequim considera 85% suas, e o mais valioso: há petróleo na região.

Ela é vista como um alvo perfeito para os chineses, no

caso de prepararem uma invasão de Taiwan. Há uma unidade com 500 fuzileiros navais taiwaneses no local.

Segundo Lee, os drones não invadiram o espaço aéreo da ilha, mas, se o fizerem, serão derrubados. Se isso ocorrer, a tensão que já é alta atingirá um novo nível na área.

Nesta quarta (7), o Ministério da Defesa em Taipé disse que mais um grupo de caças chineses entrou sem permissão na sua Zona de Identificação de Defesa Aérea –uma fronteira na qual teoricamente toda aeronave tem de se identificar.

O mesmo havia ocorrido na segunda-feira (5), e tal frequência é rara mesmo para os padrões de provocação locais. Em ambos os casos, Taiwan enviou caças para interceptar e afastar os intrusos.

Igor Gielow/Folhapress



Reuters/ABR

Presidente turco esnoba líder europeia e cria saia-justa diplomática



Uma esnobada explícita na presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em reunião oficial com o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan, e o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, causou uma avalanche de protestos nesta quarta (7) na União Europeia.

Única mulher entre os líderes presentes no encontro em Ancara, Von der Leyen ficou parada no meio do salão ao descobrir que havia apenas duas poltronas –nas quais se sentaram Erdoğan, ao lado da bandeira turca, e Michel, ao lado do pavilhão da UE.

Depois de abrir as mãos

e emitir um interrogativo “ãhm”, ela acabou se sentando num sofá, em posição clara de escanteio em relação aos dois presidentes.

A cena irritou políticos, diplomatas e jornalistas, e o alvo foi não apenas o presidente turco –cujas posições sexistas são conhecidas– mas também o política belga, que não hesitou em deixar Von der Leyen sem posição de destaque no encontro e se omitiu sobre o fato desde então.

Em rede social, a atitude foi chamada de “vergonhosa” pela eurodeputada Iratxe García Pérez, líder do grupo Socialista e Democrata no Parlamento Europeu, de “cena obscena” por uma re-

pórter italiana e de “fiasco diplomático” por pessoas da área, que afirmaram nunca ter visto tratamento tão desigual a líderes equivalentes.

Vários temas tratados no encontro –como políticas de imigração, o único que teve um resultado concreto– são de responsabilidade da Comissão, e não do Conselho Europeu, o que justificaria que, na falta de poltronas, fosse Von der Leyen a beneficiada.

A saia-justa ocorreu depois de uma reunião de duas horas entre os três líderes, em que um dos assuntos foi a retirada da Turquia da Convenção de Istambul, sobre direitos femininos.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Com recorde de saques, poupança tem resultado negativo de R\$ 3,52 bilhões em março, diz BC



Os saques em caderneta de poupança superaram os depósitos em R\$ 3,52 bilhões em março, segundo relatório divulgado pelo BC (Banco Central) nesta quarta-feira (7).

Este é o terceiro resultado negativo consecutivo depois de uma sequência de números positivos após o início da pandemia de Covid-19.

Em março, os brasileiros sacaram da poupança o maior volume da série iniciada em janeiro de 1995, com R\$ 321,1 bilhões.

Embora a captação líquida (diferença entre entradas e saídas) tenha sido negativa, os depósitos também tiveram patamar elevado, no segundo

maior montante da história, com R\$ 317,6 bilhões.

O recorde de entradas foi alcançado em dezembro do ano passado, com R\$ 339,8 bilhões. Naquele mês, os saques somaram R\$ 319,2 bilhões e a captação líquida ficou positiva em R\$ 20,6 bilhões.

Após a chegada do vírus ao país, em março do ano passado, a caderneta registrou valores elevados em captação líquida nos meses seguintes, em comparação ao restante da série.

Auxílio emergencial O auxílio emergencial, pago por meio de conta-poupança digital da Caixa Econômica Federal, ajudou a explicar o movimento de alta na captação ao longo de 2020. A primeira rodada do benefício

terminou em dezembro e a segunda começou a ser paga nesta terça-feira (6).

Em fevereiro, a captação líquida foi negativa em R\$ 5,8 bilhões e em janeiro, em R\$ 18,1 bilhões, pior valor da série.

O saldo, que é todo o montante investido na modalidade, mesmo com captação negativa, permaneceu superior a R\$ 1 trilhão no mês. O estoque alcançou a marca pela primeira vez na história em setembro.

No ápice da crise, em abril, a captação da poupança bateu recorde, com R\$ 30,4 bilhões. O resultado foi superado em maio, com R\$ 37,2 bilhões, o maior da série histórica até agora.

Larissa Garcia/Folhapress

BC busca regra para gerenciar risco social em instituições financeiras



O Banco Central iniciou ontem (7) uma consulta pública, com o objetivo de coletar sugestões para o aprimoramento das regras de gerenciamento de riscos social, ambiental e climáticos aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional. A consulta ficará aberta no site da autoridade monetária pelo prazo de 60 dias.

De acordo com o BC, essa regulamentação que está sendo colocada em consulta é prudencial. Não se trata de uma regra obrigatória ou procedimental, mas algo voltado às instituições para que riscos desse tipo se estabeleçam entre os riscos que já existem e são gerenciados tradicionalmente, de forma a se defi-

Governo arrecada R\$ 3,3 bilhões em leilão de concessão de aeroportos

O governo federal arrecadou R\$ 3,3 bilhões no primeiro da série de três leilões de concessões em infraestrutura que o Ministério da Infraestrutura batizou de InfraWeek. Foram leiloados três blocos com 22 aeroportos, todos eles com disputa entre interessados.

A Companhia de Participações em Concessões do grupo CCR arrematou dois dos três lotes, os da região Sul e Central, com ofertas agressivas. Ofereceu ágios de 1.534,36% e 9.156%, respectivamente. A francesa Vinci, que administra o aeroporto Charles De Gaulle, em Paris, ficou com aeroportos da região Norte.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, disse que o resultado positivo, principalmente em meio à pandemia, é uma vitória do presidente Jair Bolsonaro e reforça a agenda liberal do governo.

“Começamos nossa InfraWeek com o pé direito.

Diziam que a gente era louco de colocar projetos em meio à pior crise no setor aeroportuário. Faremos leilão de 28 ativos e teremos 28 sucessos. É uma grande vitória do presidente Bolsonaro”, afirmou.

O valor arrecadado refere-se à parcela da outorga que será paga à vista. Os contratos preveem ainda o pagamento de outorga variável a partir do quinto ano de concessão e investimentos mínimos de R\$ 6,1 bilhões.

A CCR foi responsável pelo maior lance, de R\$ 2,1 bilhões, pelo bloco Sul, composto por nove aeroportos na região Sul do país, incluindo os de Curitiba e Foz do Iguaçu, ambos no Paraná.

A oferta equivale a um ágio de 1.534,36% e ao dobro da segunda proposta, feita pela espanhola Aena, que ofereceu R\$ 1,05 bilhão. O bloco teve ainda um terceiro interessado, Infraestrutura Brasil Holding, que ofereceu R\$ 300 milhões.

Folhapress



nir um normativo único que inclui aspectos envolvendo questões sociais, ambientais e climáticas.

“Entendemos que o BC precisa aprimorar o que já vinha fazendo na área sustentável e também lançar a base para ações futuras. A nova dimensão da agenda institucional do BC nasceu com o objetivo de responder a mais um conjunto de transformações estruturais na economia, a emergência de novos riscos socioambientais para a autoridade monetária e a novas demandas da sociedade”, explica a diretora de assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do BC, Fernanda Nechio.

Segundo ela, eventos climáticos, por exemplo,

sempre vêm acompanhados de alterações das principais variáveis econômicas dentro do horizonte que é considerado relevante para a política monetária, o que pode acabar por implicar em riscos para o sistema financeiro.

“Questões sociais e ambientais, bem como seus efeitos sobre entes regulados, também trazem riscos para a estabilidade do sistema financeiro nacional. Assim, para correspondermos aos nossos objetivos determinados por lei, devemos nos preparar e responder adequadamente a essas mudanças estruturais da economia, considerando riscos ambientais e climáticos em nossa economia e no sistema financeiro”, argumentou.

Pedro Pedruzzi/ABR

Política

Receita Federal diz que pobres não leem livros e defende aumentar tributação



Em documento sobre a reforma tributária publicado esta semana, a Receita Federal afirma que pessoas mais pobres não consomem livros não-didáticos e defende que os produtos sejam tributados como forma de focalizar políticas públicas.

Na proposta de reforma enviada ao Congresso no ano passado, o governo indicava a unificação de Pis e Cofins, criando um novo tributo sobre consumo batizado de CBS, ou Contribuição sobre Bens e Serviços. A alíquota proposta é de 12%.

A venda de livros e do papel destinado à impressão é imune à cobrança de impostos, segundo determina

a Constituição –a regra não se estende às contribuições. Além disso, uma lei de 2014 concedeu isenção de Pis e Cofins sobre a receita da venda de livros e do papel usado para a fabricação desses produtos.

A proposta do governo para a CBS abre caminho para o fim dessa isenção para livros, que ficariam sujeitos à mesma alíquota de 12% que valeria para os outros setores.

Nesta semana, a Receita publicou documento com perguntas e respostas sobre a CBS. Um dos pontos explica por que o novo tributo será cobrado na venda de livros.

O Fisco usa dados do IBGE para justificar que a isenção sobre esses itens acaba beneficiando a cama-

da mais rica da população.

“De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019, famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não-didáticos e a maior parte desses livros é consumida pelas famílias com renda superior a dez salários mínimos”, diz o documento.

De acordo com o órgão do Ministério da Economia, dada a escassez de recursos públicos, a tributação dos livros permitirá que o dinheiro arrecadado seja direcionado a políticas mais direcionadas.

A Receita argumenta ainda que não existem avaliações que afirmem que houve redução do preço dos livros depois que a isenção foi concedida.

Lira quer acelerar votação de projeto que altera Lei de Segurança Nacional, usada pró e contra bolsonaristas



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quarta-feira (7) que vai pautar para a próxima semana a votação de urgência para o projeto de lei que altera a Lei de Segurança Nacional.

Lira participou na manhã desta quarta-feira de conferência virtual sobre a Lei de Segurança Nacional, evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Ciência Criminológica.

Também participaram o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso.

Novo diretor-geral de Itaipu toma posse em Foz do Iguaçu

O general João Francisco Ferreira tomou posse nesta quarta-feira (7) como diretor-geral da Itaipu Binacional, empresa pública paraguaio-brasileira que gere a usina hidrelétrica de Itaipu, localizada na divisa entre os dois países, no estado do Paraná. O evento, que ocorreu na sede da empresa em Foz do Iguaçu (PR), contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, de ministros, parlamentares e diversas autoridades.

A nomeação de Ferreira foi publicada mais cedo no Diário Oficial da União (DOU), com previsão de mandato até 16 de maio de 2022. Ele substituiu o também general Joaquim Silva e Luna, que ficou no cargo por pouco mais de dois anos e, em fevereiro, foi indicado por Bolsonaro para ser presidente da Petrobras.

“Nos últimos 10 dias, estive imerso no ambiente da Itaipu, em contato direto com o diretor-geral, com os

demais diretores, assessores e assistentes, recebendo informações completas e atualizadas sobre a empresa. Esse fato caracteriza muito bem o espírito dessa transmissão de cargo, que é o de dar continuidade ao trabalho que vem sendo muito bem conduzido pela atual diretoria, baseado em planejamento, metas, prazos, acompanhamento e, principalmente, austeridade na gestão dos recursos públicos”, disse o general em seu discurso de posse.

João Francisco Ferreira é natural de Santa Maria (RS), se incorporou ao Exército no ano de 1966, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas (SP). É bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, onde se formou como oficial de infantaria no ano de 1972. Atuou no Comando Militar do Oeste e se formou na mesma turma de oficiais de seu antecessor, o general Silva e Luna.

Rafael Vilela/ABR



O presidente da Câmara afirmou que esta semana ainda vai ser totalmente dedicada para a apreciação de propostas relativas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

No entanto, a próxima terá uma pauta “mista” e, nesse contexto, pretende trabalhar com a proposta de lei que altera a Lei de Segurança Nacional, que ele prefere chamar de nova lei do Estado democrático de direito.

“Nós devemos pautar já para a próxima semana a votação de urgência desta alteração deste projeto”, afirmou Lira.

A votação de urgência é uma forma de agilizar a tramitação das propostas, por-

que permite que os projetos de lei não precisem passar pelas comissões, indo diretamente para o plenário.

“A Câmara estará à disposição, pronta, para que na próxima semana a gente possa começar a discutir esse assunto, com toda a altivez necessária, com um tempo mínimo para que o legislativo produza e acomode os efeitos da lei que será aprovada no Congresso Nacional. Não tenho absoluta dúvida”, afirmou.

Lira evitou citar casos específicos, mas afirmou que existem algumas “desvirtuações” neste momento político atual, por isso é necessária a defesa da democracia e da liberdade de expressão. Folhapress

Fusões & Aquisições

BTG Pactual compra fatia da Caixa por R\$ 3,7 bilhões e assume 100% do Banco Pan



O BTG Pactual está comprando a fatia da Caixa Participações por R\$ 3,7 bilhões e está assumindo 100% do Banco Pan, informaram as duas instituições financeiras em fato relevante ao mercado nesta terça-feira, 6 de abril. A CaixaPart detinha uma fatia de 49,2% das ações ordinárias do Pan, o equivalente a 26,8% do capital social total da instituição financeira. O banco de André Esteves está pagando o equivalente a R\$ 11,42 por cada ação do Pan, um valor 1,6% superior ao fechamento das ações de ontem. O valor de mercado da instituição financeira é

de R\$ 13,54 bilhões, uma valorização de 17,94% desde o início do ano.

Com 100% do capital votante do banco nas mãos, o BTG poderá colocar em prática seu plano de entrar com mais força na área digital, principalmente no varejo mais popular.

Em fevereiro do ano passado, o Pan lançou uma conta digital para atrair esse público de desbancarizados – um perfil bem diferente do coberto pelo BTG+, um banco digital lançado no ano passado e que atinge mais o público de alta renda.

O desafio do Banco Pan, entretanto, não é só levar o seu cliente das classes C, D e E a usar o meio digital. Em

entrevista ao NeoFeed, um executivo do mercado financeiro havia dito que “eles estão querendo capturar os clientes que hoje contratam os financiamentos de carros e motos e fazem o consignado”.

“Historicamente, eles sempre foram bons nesses serviços, mas nunca conseguiram perpetuar os clientes.” O nicho em que o Banco Pan atua desde que o controlador era o empresário e apresentador Silvo Santos conta com mais 120 milhões de pessoas.

Fontes de mercado afirmam que nos próximos dois meses o banco vai entrar em novas linhas de negócios e o controle na mão do BTG é fundamental para acelerar esse processo. NeoFeed

Zee.Dog faz aquisição para criar vertical de comida

A Zee.Dog, que reinventou o mercado de acessórios pet, está comprando a Eleven Chimps, a maior fabricante de comida natural (‘human grade’) para animais domésticos — comida para cachorro, e não comida de cachorro.

A aquisição marca o início da Zee.Dog Kitchen, uma nova vertical de negócios com foco em vendas online no modelo de assinatura,

Pedro Vital Brasil, o fundador da Eleven, passa a ser sócio da Zee.Dog e vai liderar a Zee.Dog Kitchen, que deve ser lançada em agosto.

A compra está sendo paga em dinheiro e ações.

A aquisição fornece à Zee.Dog um atalho em seu desenvolvimento de produto — já que ela leva o know-how, a fábrica em Americana, o P&D e o selo de exportação da Eleven — mas a companhia dos irmãos Thadeu e Felipe Diz vai reformular comple-

tamente o produto, o modelo de negócios e a distribuição.

O mercado pet brasileiro é de R\$ 50 bilhões/ano: 60% disso é comida, mas a comida natural ainda é uma parte muito pequena porque até agora nenhum player conseguiu uma oferta de produto/preço/marketing que fizesse a subcategoria ganhar escala.

Aproveitando o câmbio baixo, a Zee.Dog vai fabricar o produto no Brasil e vender nos EUA — tanto online quanto fechando acordos com os grandes varejistas pet. A companhia estima que conseguirá vender de 30% a 40% mais barato que os players domésticos nos EUA.

O benchmark é a Freshpet, que domina o mercado de comida natural pet nos EUA e vale US\$ 7 bi na Nasdaq. Para efeito de comparação, a maior companhia brasileira do ramo, a Petz, vale R\$ 8 bi.

A Zee.Dog Kitchen é a terceira vertical de crescimento da Zee.Dog. Brazil Journal



Corretora de seguros MDS Brasil faz grande aquisição



De olho no bom desempenho do segmento de agropecuária, a MDS Brasil, corretora no segmento de seguros, resseguros, gestão de benefícios e consultoria de riscos, adquiriu a Tovese, pioneira em comercializar apólices para áreas agrícolas de grãos no Rio Grande do Sul.

Notícia publicada no jornal Valor Econômico diz que a Tovese tem mais de 14 anos no mercado e um prêmio previsto de 120 milhões em 2021 quando considerados também a atuação no seguro pessoal e empresarial para pequenas, médias e grandes empresas.

A Tovese tem sede em Porto Alegre e filiais em Carazinho e Cruz Alta, a gaúcha conta com uma estrutura

completa de agentes especializados em todos os estados do Brasil.

O CEO da MDS Brasil, Ariel Couto, disse que em termos qualitativos, a aquisição permitirá ampliar a atuação da MDS Brasil na região Sul, principalmente no Estado gaúcho, que contava com um escritório e uma atuação mais voltada para a gestão de benefícios.

Para Couto, além do momento ser oportuno para atuar no segmento, o seguro conta com um alto potencial de penetração no agronegócio. “Apenas cerca de 15% das áreas plantadas contam com seguros para a safra”, aponta o executivo.

Dados da Confederação Nacional da Agricultura –

CNA, o Produto Interno Bruto (PIB) do Agronegócio irá crescer 3% em 2021 (R\$ 1,8 trilhão), movimentando mais de 268 milhões de toneladas, e o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) aumentará 4,2%, superando R\$ 903 bilhões.

Thiago Tristão, vice-presidente de Riscos Corporativos da MDS Brasil e CEO Brasil da MDS Re, lembra que o seguro para o segmento rural ainda tem baixa penetração no mercado.

“Aliando a experiência da Tovese ao alcance da MDS, poderemos expandir a operação para outras regiões agrícolas do País.”, disse o executivo. Segs

>>>Continua...

Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo re-presentar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.16. Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios – não aplicável.** **Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros. **Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material.** As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode

influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia. **Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.** A pronúnciação revisada alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.18. Normas emitidas, mas não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros

com características de participação discricionária. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (como arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e altere sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por no mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Imposto de renda, CSLL e outros impostos:** A Companhia está sujeita ao imposto sobre a

renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **Benefícios pós-emprego:** O valor atual de obrigações de planos de benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de benefícios pós-emprego. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 18. **Estimativas e premissas:** As estimativas financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Diretoria
Amanda Dias Capucho – Diretor-Presidente
Valmir Caldana – Diretor
Controlador
Carlos Rogério Ferraresi – CRC 1SP219764/O-0

Ibovespa fecha no azul após sessão volátil, mas com volume fraco

O Ibovespa teve mais uma sessão volátil nesta quarta-feira, fechando com uma alta marginal, mas com o volume no pregão novamente mais fraco, enquanto agentes financeiros continuam no aguardo de definições relacionadas ao Orçamento e medidas contra a pandemia de coronavírus. Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 0,08%, a 117.591,68 pontos, de acordo com dados preliminares. Na máxima da sessão, chegou a 118.303,28 pontos. Na mínima, a 116.747,95 pontos. O volume financeiro somava 26,7 bilhões de reais, abaixo da média diária de 36,7 bilhões de reais no ano e de 36,9 bilhões em março. Nos primeiros pregões de abril, a média é de 26,2 bilhões de reais.

IstoÉDinheiro

Volátil, dólar recua em meio à alta leve dos juros dos Treasuries longos



O dólar está instável no mercado à vista na manhã desta quarta-feira, 7. Após abrir com viés de baixa alinhado à queda do índice DXY do dólar ante divisas principais mais cedo, a moeda americana subiu de forma pontual acompanhando a alta frente pares emergentes do real. Contudo, o dólar retomou a queda frente o real em meio a um avanço leve dos juros dos Treasuries longos nesta manhã, que limita ainda a valorização frente outras divisas emergentes. Às 9h39, o juro da T-Note 10 anos subiu a 1,6615, ante 1,6510% no fim da tarde anterior; o retorno do T-Bond 30 anos estava em 2,3332%, ante 2,3140%.

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) de março veio

abaixo do piso das estimativas do mercado e fica em segundo plano. Há ainda um pano de fundo de cautela fiscal, que ajuda a conter a perda do dólar, diante da indefinição de como ficará o Orçamento de 2021 e das perspectivas de agravamento da pandemia de covid-19 no Brasil ainda este mês.

O IGP-DI registrou alta de 2,17% em março, após um avanço de 2,71% em fevereiro, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O resultado do indicador ficou abaixo do intervalo das previsões do mercado financeiro, que estimavam uma alta desde 2,35% a 3,08%, com mediana positiva de 2,54%, de acordo com as instituições ouvidas pelo Estadão/Broadcast.

IstoÉDinheiro

Fast Shop S.A.
CNPJ/MF nº 43.708.379/0001-00 – NIRE 35.300.374.037

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020

1. **Data e Local:** 20/05/2020, às 10:00 horas, na sede social, em São Paulo, SP, na Avenida Zaki Narchi, 1664, sobreloja, 2. **Presenças:** Presente acionista representando a totalidade do capital social. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Milton Kazuyuki Kakumoto. Secretário: Sr. Julio Atsushi Kakumoto. 4. **Publicações:** Foi dispensada a publicação de Edital de Convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, bem como a Lista de Presença anexa à presente Ata ("Anexo X"). 5. **Forma da Ata:** A unanimidade, aprovada a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. 6. **Ordem do Dia:** a. Alteração do Estatuto Social para criação da Diretoria de Marketplace e do respectivo cargo de Diretor de Marketplace; b. Aprovação da eleição do Diretor de Negócios e Comercial, do Diretor de Marketplace e do Diretor de Marketing; c. Retificação da deliberação prevista no item 5, (iv) e (v) da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27/02/2019, registrada em sessão do dia 28/03/2019, sob o número 0.289.976-19-4, para fins de correção do número de RG dos Diretores Edson Nobuo Shimada e Eduardo Schreiner Salem. d. Consolidar o Estatuto Social. 7. **Deliberações:** Após postas em exame, discussão e votação, as matérias da Ordem do Dia tiveram as seguintes deliberações, tomadas por unanimidade: a. Aprovada a criação da Diretoria de Marketplace e do cargo de Diretor de Marketplace. Em virtude disto, aprovadas as alterações das seguintes disposições do Estatuto Social: i. Alteração do Artigo 14 do Estatuto Social, passando a vigor com a seguinte redação: "Artigo 14. A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 membros e, no máximo, por 15 membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Vice-Presidente, 1 Diretor de Negócios e Comercial, 1 Diretor Comercial de Serviços, 1 Diretor de Engenharia, 1 Diretor de Operações e Expansão, 1 Diretor de Marketing, 1 Diretor de Canais Virtuais, 1 Diretor de Logística, Instalação e Supply, 1 Diretor de Gente & Gestão, 1 Diretor de Controladoria, 1 Diretor de Auditoria Interna, 1 Diretor de Tecnologia da Informação e 1 Diretor de Marketplace, sendo que todos serão eleitos e destituídos pela assembleia de acionistas, com mandato unificado de 03 anos, admitidas sucessivas reeleições." ii. Alteração do Artigo 18 do Estatuto Social, para inclusão do § 15º, passando a vigor com a seguinte redação: "§ 15º. Ao Diretor de Marketplace: (a) definir e implementar a estratégia de gestão do canal de marketplace e de negócios da Companhia; (b) dirigir e gerenciar o canal de marketplace e de negócios da Companhia; (c) coordenar e supervisionar, em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação, o funcionamento do canal de marketplace; (d) implementar e assegurar o cumprimento das tecnologias de vendas no canal de marketplace desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia de Informação; e (e) coordenar e supervisionar, conjuntamente com a Diretoria Financeira, os processos de administração e fluxo de pagamento das empresas vinculadas ao canal de marketplace; (f) criar, implantar e acompanhar o cumprimento de normas e políticas de sua área de atuação." iii. Alteração do § 9º, do Artigo 18, do Estatuto Social da Companhia, para o que segue: "§ 9º. Ao Diretor de Canais Virtuais: (a) dirigir e gerenciar os canais de vendas online (lojas virtuais), televendas e de vendas corporativas da Companhia; (b) em conjunto com a Diretoria de TI, coordenar e supervisionar o funcionamento dos canais virtuais e televendas; (c) coordenar, implementar e supervisionar ações de marketing nos canais virtuais da Companhia, conforme planejamento de marketing aprovado pela Presidência; (d) garantir a implementação e o fiel cumprimento das tecnologias de vendas nos canais virtuais desenvolvidas pela Diretoria de TI; (e) acompanhar o controle de estoque e das operações nos canais virtuais, desde a expedição até a pós-venda, incluindo políticas de trocas ou devolução de produtos e relacionamento com os clientes; e (f) criar, implantar e acompanhar o cumprimento de normas e políticas de sua área de atuação." iv. Alteração do item (i) do Artigo 19, do Estatuto Social da Companhia, para o que segue: "Artigo 19. Observadas as disposições do presente Estatuto Social, a Companhia será considerada validamente obrigada e representada da seguinte forma: (i) para atos que não envolvam nenhum valor monetário, ou aqueles que envolvam valores monetários entre R\$ 0,01 e R\$ 2.000.000,00, pelo: (a) Diretor Presidente em conjunto com o Diretor da respectiva área responsável pelo assunto, para documentos e atos relativos às Diretorias: Financeira; de Negócios e Comercial; de Comercial de Serviços; de Operações e Expansão; de Marketing; de Canais Virtuais; de Logística, Instalação e Supply; de Gente & Gestão; de Tecnologia da Informação; e de Marketplace, observada a exceção do item (vi) abaixo; ou (b) Diretor Vice-Presidente em conjunto com o Diretor da respectiva área responsável pelo assunto, para documentos e atos relativos às Diretorias de: Engenharia; Controladoria; e Auditoria Interna, observada a exceção do item (vi) abaixo;" b. Aprovar a eleição dos senhores: I. Sr. **Luis Fernando de Oliveira Barreiro**, portador da Cédula de Identidade RG nº 29415254 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 273.128.948-10, aos cargos de Diretor de Negócios e Comercial e Diretor de Marketplace; e II. Sr. **Eduardo Schreiner Salem**, portador do RG nº 23408898 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 276.220.088-18, ao cargo de Diretor de Marketing. c. Retificar os itens (iv) e (v) da deliberação prevista na alínea "b" do item 5 da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27/02/2019, registrada em sessão do dia 28/03/2019, sob o número 0.289.976-19-4, nos seguintes termos: "(iv) **Edson Nobuo Shimada**, portador do RG nº 37486290 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 058.386.358-27, ao cargo de Diretor de Operações e Expansão; (v) **Eduardo Schreiner Salem**, portador do RG nº 23408898 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 276.220.088-18, ao cargo de Diretor de Canais Virtuais;" d. Aprovar a consolidação do Estatuto Social, que passará a vigor com a redação constante do Anexo II. 8. **Declarações:** Os membros da Diretoria ora eleitos declararam, para os devidos fins, nos termos do disposto no artigo 147, § 1º da Lei 6.404/76, que não estão incurso em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, e não foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Os Diretores ora eleitos assinam os respectivos Termos de Posse (**Anexo III**) na presente data, nos termos do disposto no artigo 147, § 1º da Lei Federal nº 6.404/76. 9. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 20/05/2020. Assinaturas: **Mesa:** Milton Kazuyuki Kakumoto – Presidente; Julio Atsushi Kakumoto – Secretário. **Acionistas:** Fastshop Holding S.A. Milton Kazuyuki Kakumoto; Julio Atsushi Kakumoto. **Julio Atsushi Kakumoto.** JUCESP – Registrado sob o nº 303.205/20-9 em 12/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Toriba Administração de Patrimônio S.A.
CNPJ/ME nº 07.706.705/0001-78
Editais de Convocação de Acionistas

Ficam convocados os Srs. acionistas a participarem, sob a forma exclusivamente DIGITAL, conforme disposição da IN DREI nº 81/2020 no dia **06/05/2021, às 10:00 horas**, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **AG0:** a) prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findo em 31/12/2020; b) deliberação sobre a destinação do resultado dos exercícios findos; c) Eleição dos membros da Diretoria. **AGE:** a) alteração do endereço da sede da Companhia; b) Outros assuntos de interesse social. Informamos que, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020: (i) as Assembleias serão realizadas sob a forma DIGITAL, por sistema eletrônico de videoconferência **Google Meets**, dotado de segurança, transparência e confiabilidade, o qual permitirá a participação e votação dos acionistas a distância; e (ii) os conclaves serão gravados integralmente, cuja cópia ficará arquivada na sede da Companhia. Campinas, 05/04/2020. **Roberto de Melo Mattos Haaland** – Presidente (06, 07 e 08/04/2021)

Data Mercantil A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Acabou a exuberância dos IPOs? Nessa janela na bolsa, é o que parece



Aguardado como uma das principais captações do começo deste ano, o follow on da empresa de medicina diagnóstica e de hospitais Dasa pretendia levantar R\$ 5,7 bilhões. Mas a realidade foi outra. Precificado na noite de terça-feira, 6 de abril, o re-IPO da companhia movimentou R\$ 3,8 bilhões. E só saiu porque as faixas indicativas foram revisadas para baixo em 10%. Além disso, a família Bueno, que controla a Dasa, entrou com R\$ 500 milhões sob a justificativa de não ser diluída.

Na mesma noite, a LG Informática, empresa que desenvolve software de gestão para recursos humanos, um dos ativos tech que estavam

na fila dos IPOs da B3, iria precificar sua oferta, mas interrompeu sua abertura de capital por até 60 dias. A meta era captar mais de R\$ 800 milhões. Como disse um executivo de um banco de investimento que atuou na oferta: “As condições de mercado se deterioraram muito.” E complementou: “Os investidores estão preocupados em tomar risco.”

Esses dois casos são sinais de que a exuberância de aberturas de capital e de ofertas subsequentes de ações, que já movimentaram mais de R\$ 30 bilhões em 2021, por enquanto, ficou para trás. A janela de IPOs não está fechada, como disseram diversas fontes com quem o NeoFeed conversou. Mas, a

partir de agora, as empresas que quiserem seguir adiante com um IPO vão ter de aceitar um desconto pelo ativo e enfrentar investidores menos dispostos a “comprar riscos”.

“O mercado está muito seletivo”, diz o executivo de uma empresa que desistiu de abrir o capital na atual janela. “O resumo é esse: quem quiser seguir adiante, vai ter de reprecificar. Do contrário, não resta alternativa, a não ser pausar.”

Pelo menos 18 empresas já desistiram oficialmente de abrir o capital em 2021. São nomes como Kalunga, Tok&Stok, Agrogalaxy, Granbio Investimentos, Rodobens, Kallas Incorporações, Farmácias Nissei, entre outros.

NeoFeed

Dasa corta preço, sai a R\$ 58 e levanta R\$ 3,8 bi



Em meio a um mercado de IPO avesso a risco e que já fez muitas vítimas, a Dasa teve que ceder no preço para conseguir precificar sua oferta e saiu a R\$ 58 por ação.

A companhia controlada pela família Bueno levantou R\$ 3,8 bilhões entre a oferta base e o greenshoe, que foi integralmente colocado.

A ampla faixa original, que ia de R\$ 64,90 para R\$ 84,50, foi revista na segunda-feira à noite para R\$ 56,75 a R\$ 60, com a Dasa enfrentando um ambiente que já forçou 18 empresas a adiar suas ofertas e ameaça cancelar outros IPOs do setor.

No final, a companhia precificou no meio da nova faixa, um desconto de 10,6% em relação ao piso da faixa original.

Depois do IPO, Mobly tira os vários planos da gaveta

Como muitos empreendedores, Marcelo Marques se acostumou a lidar com desafios quase que diários. Nos últimos anos, porém, sua rotina guardava poucas surpresas. Fundada em 2011 por ele, Victor Noda e Mario Fernandes, a Mobly, startup de móveis e decoração, percorria sua trilha sem grandes sobressaltos.

Tudo mudou em dezembro de 2020, quando a empresa protocolou o registro do seu IPO. “Eu voltei a ter o frio na barriga que há muito tempo não sentia”, afirma Marques, cofundador, CFO e diretor de RI da Mobly, ao NeoFeed, sobre a agenda intensa de reuniões com bancos, advogados, auditorias e investidores, cumprida nos meses seguintes.

O roteiro levou a Mobly ao Novo Mercado da B3. Em fevereiro, a companhia captou R\$ 812 milhões, sendo

R\$ 778 milhões em sua oferta primária. E com o caixa reforçado, Marques está assumindo um novo compromisso. “Vamos executar muitos projetos que estavam guardados na gaveta”, diz.

A Mobly nasceu como um e-commerce de móveis e decoração e acrescentou os canais de marketplace e lojas físicas a esse modelo, que hoje conta com um catálogo de mais de 200 mil produtos.

Agora, a companhia quer estender ainda mais os limites da sua atuação. Em uma dessas iniciativas, a empresa prepara uma primeira incursão no exterior, ainda em 2021. O ponto de partida será os Estados Unidos e, na sequência, o objetivo é pisar no mercado europeu.

Nessa etapa inicial, a Mobly irá atuar como seller em marketplaces, um formato já adotado no mercado brasileiro e complementar aos seus canais próprios.

NeoFeed



Neste preço, a Dasa está saindo a um múltiplo de 16,5x o EBITDA estimado para este ano (em números IFRS), um desconto substancial em relação aos 22x da Rede D’Or e aos cerca de 17x em que Hapvida e Intermédica negociam considerando as sinergias pós-fusão. (Hoje, os papéis ainda saem a cerca de 22x.)

Insatisfeita com o valuation, a família Bueno colocou R\$ 500 milhões na oferta para não ser diluída nos níveis atuais. “Eles quiseram demonstrar comprometimento de longo prazo e dizer que o fundamento é melhor do que o mercado aceita pagar nesse momento,” disse uma fonte próxima à oferta.

O processo de alocação estava em curso no momento desta publicação, mas cami-

nhava para investidores internacionais ficarem com 60% e os locais, com o saldo — com uma prevalência de fundos long-only nas duas demografias.

Ainda assim, o vento de proa enfrentado pela Dasa é um mau presságio para a Hospital Care e a Kora Saúde, duas redes hospitalares que estão no mercado com seus IPOs. O Hospital Care quer levantar R\$ 1,1 bilhão numa oferta primária e secundária; a Kora, uma rede capixaba com 10 hospitais e mil leitos, ainda não fez o segundo protocolo junto à CVM.

Agora, a Mater Dei enfrentará a D’Or em casa e em Salvador, onde os mineiros estão construindo um novo hospital e a Rede D’Or já tem três.

Brazil Journal

Negócios

Mercado Livre vai contratar 16 mil pessoas até o fim do ano e dobrar de tamanho na América Latina



Em um movimento para expandir ainda mais sua operação na América Latina após o crescimento expressivo registrado em 2020, o Mercado Livre anunciou nesta terça-feira, 6 de abril, a abertura de 16 mil vagas para dobrar de tamanho na região. Hoje, a empresa tem 15,5 mil funcionários.

O Brasil será o principal foco dessa expansão. Por aqui, serão 7.200 novas posições. Atualmente, a equipe da empresa tem 5 mil funcionários no País. Muitas das novas vagas serão focadas em logística. Das 16 mil, 11 mil estão na área.

“Crescemos muito em logística no ano passado. Então é natural que esse seja o grande objetivo no momento”, afir-

ma Patrícia Monteiro, diretora de pessoas para o Mercado Livre no Brasil, ao NeoFeed.

Outras 4 mil estão no setor de tecnologia, incluindo a área de desenvolvimento de soluções financeiras para o Mercado Pago, a fintech da empresa. As outras mil posições serão distribuídas em outras funções administrativas.

No México, a operação vai quase que quintuplicar de tamanho. Atualmente, são 1.022 funcionários, mas a empresa vai abrir 4.700 posições. Serão abertas ainda vagas na Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai.

“Temos a oportunidade de aproveitar esse crescimento rápido para trazer ainda mais diversidade”, afirma Patrícia. A executiva diz que

a intenção é buscar mais mulheres, especialmente para as áreas de tecnologia, incentivar a contratação de pessoas com deficiência e buscar colaboradores LGBTQ+ e focar na diversidade étnico-racial.

O plano de dobrar de tamanho vem na esteira de outro anúncio feito no início de março com foco em investimentos. Em 2021, o Mercado Livre vai investir R\$ 10 bilhões no Brasil.

O montante é equivalente aos recursos alocados no País nos últimos quatro anos. Em 2017, a companhia anunciou o investimento de R\$ 1 bilhão e foi acrescentando R\$ 1 bilhão a mais em investimentos a cada ano até atingir R\$ 4 bilhões em 2020.

NeoFeed

Nubank, a “ameaça roxa”, pode superar Banco do Brasil em 2023, diz relatório da XP

O Nubank, que conta atualmente com 35 milhões de clientes, pode superar o Banco do Brasil em 2023, quando completará o seu 10º ano de vida, diz um relatório da XP, que chama a fintech criada por David Vélez de a “ameaça roxa”.

De acordo com o relatório escrito pelos analistas Marcel Campos e Matheus Odaguil, o Nubank adicionou 13 milhões de clientes em 2020, o que o fez figurar entre os cinco maiores bancos brasileiros nessa métrica.

“À medida que o banco aumenta sua base de clientes em mais de 1 milhão de clientes por mês, o Nubank deve atingir o líder de mercado de 200 anos em seu décimo ano de vida”, diz um trecho do relatório.

O Banco do Brasil é o líder nesse quesito, com 74 milhões de clientes. Em seguida aparecem Bradesco, Itaú e

Santander. Mas a fintech é a primeira colocada em número de usuários ativos mensais de aplicativos, já conquistou uma participação de mercado de 5% no volume total de pagamentos (transações com cartões).

Quando se trata apenas do digital, o Nubank já é o player número 1, com 21 milhões de usuários ativos mensais. O segundo colocado, o Itaú, tem 11 milhões de usuários. Mas a fintech dona de uma cartão de crédito com a cor roxa, tem aumentado sua liderança, pois dobra o número de downloads em relação aos bancos incumbentes.

O relatório da XP também analisa o PIX como um proxy para pagamentos. E nesse item, o Nubank também lidera, com uma participação de 24% nas primeiras 34 milhões de chaves do sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central.

NeoFeed



Em 13 meses de vida, o app Clubhouse já pode bater em US\$ 4 bilhões



Com pouco mais de um ano de vida, a rede social Clubhouse, criada em março de 2020, se tornou um dos maiores fenômenos dos últimos tempos. E, agora, o aplicativo discute abrir uma nova rodada de captação que pode fazer com que seu valor de mercado atinja US\$ 4 bilhões.

O valor é quatro vezes maior que a avaliação do app feita em janeiro deste ano, quando recebeu um aporte de US\$ 100 milhões liderado pela gestora de venture capital Andreessen Horowitz. A rede social já havia recebido US\$ 10 milhões da gestora, em maio do ano passado.

Os detalhes dessa próxi-

ma rodada não foram divulgados, mas, de acordo com a agência de notícias Bloomberg, está próxima de acontecer. O Clubhouse não se pronunciou sobre o assunto. O crescimento da rede, entretanto, é exponencial e pede mais capital para suportar o avanço e conter os concorrentes.

Em janeiro, quando a Andreessen Horowitz liderou o aporte de US\$ 100 milhões, o Clubhouse tinha cerca de 2 milhões de usuários. Pouco depois, em março, o aplicativo criado pelo engenheiro industrial Paul Davison e pelo cientista de computação Rohan Seth já contava com 10 milhões de usuários.

Por enquanto, ele está

disponível apenas para iOS, mas uma versão para Android será lançada em breve. Seu formato de conteúdo efêmero, em que a interação acontece apenas por voz, como uma rádio ao vivo, despertou o interesse de alguns dos maiores nomes do Vale do Silício.

O próprio Mark Zuckerberg, cofundador e CEO do Facebook, já participou de um bate-papo no app. Elon Musk, fundador da Tesla, também conversou com o CEO do app de investimentos Robinhood, Vlad Tenev, no Clubhouse. No Brasil, também virou uma febre com vários influencers e executivos dando seus “minutos de sabedoria” na rede.

NeoFeed